

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS NO CONTEXTO DA RECENTE INDUSTRIALIZAÇÃO METROPOLITANA: reflexos socioespaciais*

Lilian Pérsia de Oliveira Tavares**

RESUMO

O presente artigo visa analisar as transformações socioespaciais que ocorreram na porção leste da região metropolitana de Curitiba (RMC), mais precisamente no município de São José dos Pinhais, a partir da implantação dos distritos industriais que abrigam, essencialmente, montadoras de veículos como a Audi e a Renault e suas fornecedoras. Somam-se a estes empreendimentos obras de infraestrutura importantes, como a conclusão do Contorno Leste e a ampliação e melhoria do Aeroporto Afonso Pena, além da questão mais polêmica e relevante deste processo: a instalação do principal distrito industrial de São José, onde está localizada a montadora francesa de veículos Renault, em uma área originalmente de manancial de abastecimento público.

Palavras-chave: mananciais; indústrias; espaço urbano; metropolização; crescimento populacional.

ABSTRACT

The present study analyses the social and spatial impacts caused by the new industrial districts established in the Eastern Region of the Curitiba Metropolitan area, more specifically in the municipality of São José dos Pinhais, Paraná state, in Southern Brazil. The new districts include Renault and Audi/Volkswagen automobile assembling plants and their suppliers, all of them established between the years 1996 and 2004. Besides the manufacturing plants and suppliers, it was created a whole new regional infrastructure, including a new East perimeter expressway and the metropolitan airport enlargement and improvement. The most polemic issue arising out of the new developments was the location where the French Renault plant was built - São José dos Pinhais main industrial district just within the once protected area, until then defined as a raw water source fresh water river basin.

Key words: water sources; industrial clusters; urban space development; metropolitan growing process; population growth.

*Texto baseado na dissertação de mestrado da autora sob o mesmo título.

**Jornalista, mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). e-mail: liliantavares@aol.com

Artigo recebido para publicação em abril/2005. Aceito para publicação em junho/2005.

1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas marcaram profundamente o perfil das cidades brasileiras, sobretudo dos grandes centros urbanos. A principal razão foi a inversão da ocupação do território nacional, a partir dos anos 1970, quando o País passou por um acelerado processo de urbanização, em razão, basicamente, da saída do homem do campo. As cidades, no entanto, não estavam preparadas para esta grande leva de migrantes. O resultado foi a ocupação maciça de áreas periféricas e degradadas.

A região metropolitana de Curitiba reflete bem esta situação. Sua população, que em 1970 era de 875.269 pessoas, passou para 2.726.556, segundo o censo de 2000. Este contingente populacional está distribuído em 25 municípios, os quais, até este período de 2000, compunham a Região. No entanto, existe uma interação cotidiana entre doze destes municípios, formando um aglomerado em torno do pólo, Curitiba, a capital paranaense.

Na porção leste da RMC, no município de São José dos Pinhais, foi implantado, em 1996, o Distrito Industrial que abriga a montadora francesa de veículos, Renault, e várias outras indústrias fornecedoras. A implantação deste empreendimento foi bastante questionada em função de sua localização, integralmente dentro dos limites de uma área de manancial. Para viabilizar este projeto, o governo estadual, através da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), descartou, de direito, mas não de fato, o Rio Pequeno da função de manancial de abastecimento.

Neste mesmo período o governo criou, ainda, três Áreas de Proteção Ambiental (APA). Entre elas a do Rio Pequeno, cujos limites estão fora da área do distrito. Todos estes artifícios foram usados num intervalo de 30 dias entre as duas audiências públicas realizadas para discutir o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do empreendimento.

Passados praticamente oito anos do início do processo de instalação do Distrito Industrial, descortinou-se a possibilidade de verificar o que ocorreu com aquela área, e com o município de um modo geral, neste período. Inicialmente, as hipóteses formuladas direcionavam, com base em trabalhos já publicados, para um cenário problemático inerente à instalação de plantas industriais estruturadas genuinamente no modelo fordista de produção, como bolsões de pobreza, degradação ambiental, infra-estrutura básica precária e crescimento do número de desempregados.

A literatura recente sobre o urbano tem destacado o papel dos processos de reestruturação produtiva que ocorrem em escala global, cujos impactos podem levar tanto à desativação como à emergência de novas localidades produtivas. Prevalece, em ambos os casos, uma lógica mercantilista que rebete na organização socioespacial das localidades afetadas, redefinindo funções na escala intra-urbana e acirrando processos de segregação social.

Assim, definiu-se como objetivo deste artigo identificar e compreender as transformações socioespaciais registradas em São José dos Pinhais, a partir de 1996, com a implantação de novas indústrias do pólo automotivo, particularmente a montadora Renault. Entende-se que a qualificação do município (ou região) para receber este tipo de investimento só pode ser compreendida no contexto da integração de Curitiba ao núcleo dinâmico da economia brasileira, através do processo de desconcentração econômica verificado no País.

Para concretizar este objetivo adotou-se como procedimento metodológico uma análise, através de uma perspectiva histórica e sua evolução até os dias atuais, que permitisse entender a ocupação de São José dos Pinhais no âmbito do processo de metropolização ocorrido a partir dos anos 1970. Assim, foram utilizados dados de evolução demográfica, qualidade de vida, mercado de trabalho e de pressões sobre o ambiente.

Para apreender a dinâmica socioespacial recente em São José dos Pinhais, foi necessário privilegiar algumas dimensões da expansão urbana ocorrida na última década. A avaliação da dinâmica demográfica, inclusive na escala intra-urbana, permitiu qualificar o processo de crescimento do município e os movimentos da população em seu território.

Outra questão abordada foi a evolução do emprego na última década, bem como a integração que ocorre no mercado de trabalho metropolitano. Por fim, buscou-se identificar possíveis impactos ambientais do empreendimento industrial estudado, uma vez que sua implantação se deu sobre uma área originalmente de manancial. Essas duas abordagens, a histórica e a leitura socioespacial, bem como também o desenvolvimento de um suporte teórico, constituem os eixos organizadores do presente artigo.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A CIDADE

O crescimento da população nos centros urbanos, registrado nos últimos 30 anos, acentuou a reflexão sobre a produção das cidades, suas várias espacialidades, e sobre quem são e como atuam seus agentes produtores. Não existe unanimidade a respeito destas questões. A busca por uma resposta e as divergências sobre a epistemologia do espaço são quase que permanentes, porém bastante importantes, assim como, de forma concreta e real, são significativos os conflitos existentes quando da ocupação de determinadas áreas urbanas por causa dos vários usos e pelos vários interesses de exploração do espaço.

A dimensão espacial é tema inerente à discussão do espaço urbano. Enquanto categoria de análise, o espaço tem um papel fundamental dentro e fora dos limites da Geografia, pois contribui para a compreensão do elo existente entre o homem e a natureza, ou o homem e o meio ambiente onde está inserido. Para Santos (1988), o espaço é muito mais que matéria, muito mais que os objetos ou o que de concreto dele façam parte, devendo ser visto e compreendido como algo que contém vida, interação, ou seja, "é a sociedade em movimento" (SANTOS, 1988, p.26).

Carlos (1994b) reforça o olhar sobre o espaço como produto e condição geral do processo produtivo. E, analisando pelo viés capitalista, esta autora aponta para o fato de o espaço parecer como "capital fixo", dando condições, por exemplo, para a circulação de bens e produtos, matéria-prima, mão-de-obra e do próprio capital. Moraes e Costa (1999, p.128), por sua vez, têm o espaço como uma teia complexa de relações sociais de produção não diretamente espaciais, mas com espacialidades. Para estes autores, "não há processos espaciais, mas os processos sociais manifestando-se sobre a superfície terrestre" (MORAES; COSTA, 1999, p.128).

O processo de produção do espaço urbano se dá, em geral, quando vários agentes atuam em uma mesma área, transformando sua paisagem. E o resultado destas intervenções nem sempre é harmonioso. As contradições se consolidam e podem ser

vistos, lado a lado, os resultados da ação dos agentes que modificaram o espaço, como as indústrias e os bairros operários, as favelas e os condomínios de classe alta ou as grandes vias de transportes de mercadorias cortando a periferia das grandes cidades.

As grandes indústrias, que representam a materialização do grande capital, têm o poder não só de transformar a paisagem do entorno de suas plantas locais, como também de influenciar o perfil econômico de uma ou mais cidades. O aumento populacional, que pode decorrer da instalação de parques industriais, talvez seja o maior impacto causado na implantação de grandes empreendimentos.

No Paraná, a instalação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais e os reflexos socioespaciais não fugiram à regra de outros parques industriais instalados no País. Para Motim et al. (2002), a implantação do complexo automotivo do Paraná, a partir de meados dos anos 1990, seguiu o mesmo modelo de outros distritos ou plantas industriais e, também, produziu transformações socioespaciais muito semelhantes, como crescimento populacional, novas atividades econômicas e, no caso da região metropolitana de Curitiba, a ocupação, inclusive de uma área utilizada como manancial de abastecimento público.

3 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO CONTEXTO DA METROPOLIZAÇÃO

A criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em 1973, é o marco inicial do processo de industrialização da região metropolitana de Curitiba. Antes do advento da CIC, a capital do Estado já abrigava algumas indústrias, mas nada que fosse bastante significativo na balança econômica paranaense, pois, até este período, a atividade predominante era a agricultura, com ênfase no cultivo do café. Neste momento, porém, início da década de 1970, já se registrava uma tendência de esvaziamento do campo e crescimento das maiores cidades, em geral pólos regionais, em razão, sobretudo, das geadas que assolaram as lavouras de café.

O processo de criação da CIC foi alavancado, de certa forma, com a instituição, um ano antes, em 1973, da RMC, através de Lei Federal, junto com outras oito regiões distribuídas pelo País. Quando de sua criação, a RMC era constituída por apenas 14 municípios. Além da própria capital, faziam parte da região metropolitana os municípios de Colombo, São José dos Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Bocaiúva do Sul, Balsa Nova, Araucária, Rio Branco do Sul, Contenda, Campina Grande do Sul e Mandirituba.

Na esteira de uma política nacional de incentivo para atração do grande capital ou do capital internacional, a Prefeitura de Curitiba também estabeleceu alguns benefícios para as indústrias que vieram para a CIC, como a isenção de impostos prediais e de serviços. A criação da CIC foi planejada na conjuntura político-econômica pela qual passava o País no início dos anos 1970.

Em que pesem as razões subjacentes à política nacional de atração de investimentos predominante naquele período, é impossível negar o que significou a criação da CIC para a transformação não só da RMC como também do Estado em pólo regional da indústria nacional. Somou-se a este evento, alguns anos mais tarde, a instalação, em

Araucária (RMC), da refinaria da Petrobrás, que, juntas, alteraram as características industriais da Região, “logrando atrair para Curitiba e seu redor indústrias modernas e dinâmicas, alterando o perfil de renda interno a seu favor e levando Curitiba a se constituir, no período, num dos pólos de maior atratividade de capitais do País” (COMEC, 1989a, p.17).

E se a década de 1970 foi o divisor de águas da economia do Estado, quando este passa de uma base produtiva essencialmente agrícola para uma estrutura diversificada com predominância industrial, os anos 1980 serviram para consolidar esta transformação. A mudança no processo produtivo paranaense pode ser melhor constatada através da participação e índice de crescimento da renda interna bruta no período de 1970/1980.

A participação do setor secundário na renda interna do Paraná passou de 16,6%, em 1970, para 30,6%, em 1980. Nesse período, o crescimento da renda gerada pela indústria, na RMC, foi quase o dobro da média estadual: partindo de um índice de valor 100, em 1970, a renda industrial na RMC atingiu, em 1980, 892 pontos contra 474 na média paranaense (COMEC, 1989a, p.13 e 16). Internamente à RMC, as mudanças foram mais acentuadas, com a participação da indústria na renda regional aumentando de 24,6% para 43,8% no período 1970/1980 (tabela 1).

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS SETORES DE ATIVIDADE NA RENDA INTERNA BRUTA DA RMC E PARANÁ - 1970/1980

SETOR DE ATIVIDADES	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL				ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL 1980 (base 1970 = 100)	
	1970		1980		RMC	PR
	RMC	PR	RMC	PR		
Agricultura	3,0	25,6	1,1	19,4	183	212
Indústria	24,6	23,6	43,8	28,8	892	474
Serviços	72,4	50,8	55,1	51,8	383	358
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,00	502	341

FONTE: Comec/Plamec

Consolidado e passado o primeiro movimento de industrialização da RMC, esta região passa a vivenciar, em meados dos anos 1990, uma “segunda onda de industrialização”. Nesta fase, aparece também a figura de Jaime Lerner, só que agora como governador do Estado e indutor direto das transformações. O marco deste período foi, sem dúvida, o processo de instalação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais, onde está localizada a Renault. Pouco tempo depois, outro distrito foi implantado no município, abrigando a Audi/Volkswagen, além de outras indústrias.

O papel do Estado nas negociações e na definição de benefícios objetivando a atração de indústrias ao pólo que se almejava criar foi preponderante para o êxito da empreitada. Outro fator, não menos importante, mas que pode ter convergido em direção aos esforços para a instalação do Distrito na RMC, foi a proximidade com o estado de São Paulo. É possível que o Paraná tenha recebido os reflexos do transbordamento das indústrias que, neste mesmo período, se movimentavam para fora dos limites paulistas.

A presença do governo do Estado pôde ser sentida, também, pela desconsideração à fragilidade ambiental do local onde o empreendimento se instalaria, a saber: em área de manancial de abastecimento público, o do Rio Pequeno. O governo do Estado contribuiu

para a descaracterização desta irregularidade. Junto com a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), descartou a utilização da água do referido rio, o que equivaleria a abrir mão de água de boa qualidade que entraria no sistema produtor e distribuidor da Grande Curitiba.

Em pleno processo de discussão pública do empreendimento, em meados de 1996, o governo do Estado criou as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) no entorno dos mananciais de abastecimento da RMC. A APA do Rio Pequeno foi criada através do Decreto Estadual nº 1.752/96, de 6 de maio do mesmo ano. Houve uma "(re)adequação", com a definição da área da APA, dos limites geográficos da área de manancial do Rio Pequeno, justamente para atender aos interesses que, naquele momento, se sobrepunham: o do grande capital, por meio do Distrito Industrial, e o da preservação do manancial de abastecimento.

Neste contexto todo, a RMC apresentou algumas vantagens que foram além dos benefícios oferecidos pelo governo do Estado para quem direcionasse seus investimentos para esta região. Do ponto de vista geográfico, pode-se dizer que a RMC possui uma localização bastante privilegiada. Está na rota do Mercosul, quase que no centro deste Mercado; é cortada pelas BRs que ligam o Sul ao Sudeste do País ou ao mercado potencialmente consumidor; está próxima ao Porto de Paranaguá e possui um aeroporto internacional com grande capacidade exportadora.

4 A TRAJETÓRIA URBANO-INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

São José dos Pinhais surgiu em meio ao ciclo do ouro, em meados de 1600. Inicialmente denominado Arraial Grande, foi fundado por portugueses que se dirigiam àquela região à procura de ouro. Encontraram o minério próximo ao Rio Arraial, lugar onde se formou o primeiro núcleo populacional do município (ROMANEL, 2001).

Os anos seguintes à sua fundação foram marcados pela estagnação econômica. A população vivia, em sua maioria, da agricultura de subsistência e de um fraco comércio local (COLNAGHI et al., 1992). Certo aquecimento da economia foi registrado com o vaivém dos tropeiros, que saíam do extremo sul em direção ao sudeste do País para comercializar gado.

Ainda segundo Colnaghi et al. (1992), ao final dos anos 1960 nada permitia prever o crescimento que envolveria São José nas próximas décadas. Foi o reposicionamento de Curitiba, na década de 1970, como importante ponto de convergência dos fluxos comerciais no Estado e na Região Sul, integrando-os ao núcleo dinâmico da economia brasileira – a economia paulista –, que permitiu o crescimento econômico e a configuração da aglomeração metropolitana de Curitiba.

Nesse contexto, a localização de São José dos Pinhais passou a ser estratégica com a construção de dois importantes eixos viários que recortam seu território: a BR-277, em direção ao Porto de Paranaguá, e a BR-376, que faz a ligação com a Região Sul do País. Estes dois eixos, inclusive, vieram a se constituir em importantes fatores de estruturação da expansão urbana no município.

São José dos Pinhais é hoje o sétimo município do Estado e o segundo da região metropolitana de Curitiba em número de habitantes. Possui, de acordo com o último censo do IBGE (2001), 204.198 habitantes, sendo que, deste total, 183.000 concentram-se na área urbana. São José não é apenas um dos mais populosos municípios da RMC ou do Paraná, é também um dos maiores em extensão territorial. Sua área equivale a cerca de 7% da área total da RMC, com 945,6 km².

Com Curitiba a oeste dos seus limites político-administrativos, São José já chegou a ter, com a capital do Estado, uma relação de dependência típica de cidade-dormitório. Isto ocorreu, de acordo com Ultramar e Moura (1994), pela proximidade e acesso ao pólo, acumulando, ainda, atividades produtivas do setor secundário.

A RMC viveu, no início de sua criação e também nos anos seguintes, um importante crescimento demográfico, com alterações sobretudo socioespaciais, devido ao acelerado processo de urbanização. Se comparada às demais regiões metropolitanas brasileiras, a RMC está entre as que mais cresceram nas três últimas décadas.

Entre as razões desse crescimento, estão, no interior do Estado, o êxodo rural, motivado pela ocorrência de geadas, com conseqüente quebra da produção cafeeira, e pela mecanização das lavouras, e, na RMC, a criação da Cidade Industrial de Curitiba e do Centro Industrial de Araucária (Ciar) e a melhoria da infra-estrutura viária que faz a ligação com o interior do Estado e com outras regiões do País.

Na década de 1970, segundo Ultramar e Moura (1994), as taxas geométricas de crescimento dos municípios que compunham a RMC foram mais elevadas naqueles limítrofes ou conurbados à capital. Foi o caso de Colombo, Piraquara, Almirante Tamandaré, Araucária e São José dos Pinhais. "Esse crescimento localizado resulta do adensamento da ocupação de Curitiba, e seu extravasamento sobre municípios vizinhos, em continuidade do mesmo processo." (ULTRAMARI; MOURA, 1994, p.7).

Firkowski (2001, p. 128) denomina aglomerado metropolitano a área formada por 12 municípios que estão em mancha contígua à capital, da mesma forma que a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec) utiliza Núcleo Urbano Central (NUC) para se referir aos mesmos municípios. São eles: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais. O que diferencia as duas classificações é a inclusão, pela Comec, das áreas urbanas de Itaperuçu e Rio Branco do Sul.

Uma primeira aproximação às transformações socioespaciais ocorridas com a instalação do Distrito Industrial em São José dos Pinhais, objeto de estudo do presente trabalho, é a análise da dinâmica demográfica do município no âmbito metropolitano, comparando dados da última década com as anteriores.

A maior concentração populacional da RMC sempre esteve em Curitiba. Porém, se forem analisadas as taxas de crescimento entre os anos de 1990 e 2000 serão encontrados índices bastante significativos em vários dos 25 municípios da RMC, que, neste período, ainda não contava com a Lapa, que passou a integrar a RMC somente em março de 2002.

O crescimento populacional mais intenso nos municípios periféricos da RMC vem ocorrendo desde os anos 1970. Mas foi apenas na última década que o aumento absoluto da população nesses municípios superou o incremento populacional verificado em Curitiba; entre 1991 e 2000, para um aumento de 272 mil pessoas na capital

paranaense, os outros 11 municípios que compõem o aglomerado metropolitano tiveram incremento de 366 mil pessoas.

Se tomarmos como base o aglomerado metropolitano e observarmos as taxas de crescimento anual do período 1991/2000, verificamos que o município de Fazenda Rio Grande, por exemplo, cresceu 10,80% a.a., passando de uma população de 24.978 para 62.877 habitantes. Aliás, o índice registrado no município, neste período, é um dos mais altos do País (tabela 2).

Piraquara registrou o 2º maior aumento populacional do aglomerado metropolitano, com uma taxa de 9,79% a.a., com o total de habitantes passando de 31.449 para 72.886. Conforme dados da Prefeitura Municipal, somente no Jardim Guarituba, uma área de ocupação irregular na divisa com Pinhais, próxima ao Distrito Industrial de São José dos Pinhais, estão morando cerca de 50 mil pessoas (12 mil famílias).

TABELA 2 - POPULAÇÃO TOTAL E POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL E DE URBANIZAÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1991/2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 1991			POPULAÇÃO 2000			TAXA DE CRESCIMENTO 1991/2000	TAXA DE URBANIZAÇÃO 2000
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural		
Aglomerado Metropolitano	1.922.038	1.838.636	83.402	2.560.161	2.430.477	129.684	3,24	94,93
Pólo - Curitiba	1.315.035	1.315.035	0	1.587.315	1.587.315	0	2,11	100,00
1º Anel	607.003	523.601	83.402	972.846	843.162	129.684	5,38	86,67
Almirante Tamandaré	54.014	51.282	2.732	88.277	84.755	3.522	5,61	96,01
Araucária	61.889	54.262	7.627	94.258	86.111	8.147	4,79	91,36
Campina Grande do Sul	19.343	12.722	6.621	34.566	25.973	8.593	6,66	75,14
Campo Largo	72.523	53.892	18.631	92.782	77.223	15.559	2,78	83,23
Campo Magro ⁽¹⁾	12.145	7.798	4.347	20.409	2.501	17.908	5,94	12,25
Colombo	117.767	110.273	7.494	183.329	174.962	8.367	5,04	95,44
Fazenda Rio Grande	24.978	21.850	3.128	62.877	59.196	3.681	10,80	94,15
Pinhais	75.433	71.973	3.460	102.985	100.726	2.259	3,52	97,81
Piraquara	31.449	19.465	11.984	72.886	33.829	39.057	9,79	46,41
Quatro Barras	10.007	8.132	1.875	16.161	14.520	1.641	5,47	89,85
São José dos Pinhais	127.455	111.952	15.503	204.316	183.366	20.950	5,38	89,75
2º Anel	78.767	38.596	40.171	102.280	57.040	45.240	2,94	55,77
Balsa Nova	7.515	2.430	5.085	10.153	3.186	6.967	3,40	31,38
Bocaiúva do Sul	7.802	2.471	5.331	9.050	3.562	5.488	1,66	39,36
Contenda	8.941	4.823	4.118	13.241	6.320	6.921	4,46	47,73
Itaperuçu	10.735	4.742	5.993	19.344	16.234	3.110	6,76	83,92
Mandirituba ⁽²⁾	13.358	4.387	8.971	17.540	6.268	11.272	3,07	35,74
Rio Branco do Sul	27.561	18.972	8.589	29.341	20.049	9.292	0,70	68,33
Tunas do Paraná	2.855	771	2.084	3.611	1.421	2.190	2,64	39,35
3º Anel	60.726	9.714	51.012	64.115	12.588	51.527	0,61	19,63
Adrianópolis	8.935	1.589	7.346	7.007	1.613	5.394	-2,66	23,02
Agudos do Sul	6.076	779	5.297	7.221	1.466	5.755	1,94	20,30
Cerro Azul	16.092	3.208	12.884	16.352	3.916	12.436	0,18	23,95
Doutor Ulysses	4.981	391	4.590	6.003	701	5.302	2,10	11,68
Quitandinha	14.418	2.476	11.942	15.272	3.046	12.226	0,64	19,94
Tijucas do Sul	10.224	1.271	8.953	12.260	1.846	10.414	2,04	15,06
RMC	2.061.531	1.886.946	174.585	2.726.556	2.500.105	226.451	3,16	91,69
PARANÁ	8.448.713	6.199.782	2.248.931	9.563.458	7.786.084	1.777.374	1,39	81,41

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

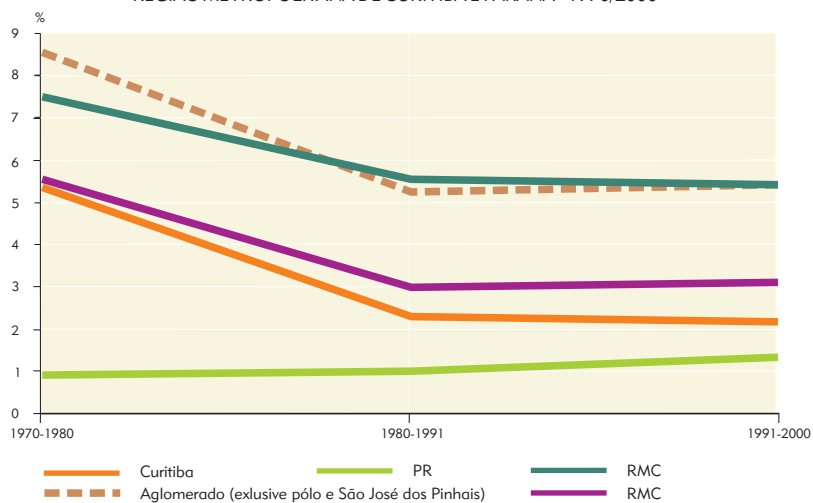
NOTA: Refere-se à Região Metropolitana oficial de 2000.

- (1) Campo Magro tem um alto número de habitantes rurais em função de a legislação municipal ainda considerar rurais áreas de expansão urbana.
- (2) Em 1991, foi excluída a população localizada na parcela que corresponde ao atual município de Fazenda Rio Grande, emancipado do município de Mandirituba durante a década, e passou a fazer parte do 1º Anel.

Particularizando a análise para São José dos Pinhais, constata-se que o município teve, entre 1970 e 1980, sua população mais que dobrada, passando de 34.124 para 70.634 habitantes. Neste período, além do crescimento populacional, houve uma inversão na concentração de sua população, que passou a ser predominantemente urbana. Depois, no período que compreende de 1980 até 1991, sua população passou para 127.455 e, por último, de 1991 até 2000, São José chegou à população atual de 204.316 habitantes.

Em se tratando de taxas anuais, nas três últimas décadas São José dos Pinhais vem mantendo um considerável ritmo de crescimento, com taxas acima das registradas pela região metropolitana como um todo, sendo que, nas duas últimas décadas, o diferencial das taxas foi próximo ao dobro (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E PARANÁ - 1970/2000



FONTE: Censos Demográficos do IBGE

No que se refere ao período 1980/1991, São José diminuiu um pouco a taxa de crescimento populacional (5,51% a.a.), Contudo, também houve redução nos índices da RMC, que ficaram em 2,95% a.a., e de Curitiba, com 2,29% a.a. E na última década, 1991/2000, novamente São José registrou índices menores aos anteriores (5,38 a.a.), porém acima da média da RMC ou do município-pólo, que foram, respectivamente, de 2,95% a.a. e 2,11% a.a.

Observa-se, com base nos dados do IBGE, que os municípios que registraram as mais altas taxas de crescimento nas últimas décadas são limítrofes ou conurbados à capital. "Esse crescimento localizado resulta do adensamento da ocupação de Curitiba, e seu extravasamento sobre municípios vizinhos, em continuidade do mesmo processo." (ULTRAMARI; MOURA, 1994, p.7).

Outra constatação foi de que, enquanto na década de 1970/1980 São José dos Pinhais apresentou, entre os 12 municípios do aglomerado metropolitano, a quarta maior taxa geométrica de crescimento (7,55%), nos decênios seguintes caiu para quinto e oitavo

lugares, respectivamente. Este reposicionamento indica que uma maior pressão populacional está ocorrendo sobre outros municípios, o que pode ser percebido no gráfico 1, onde se observa o aumento da taxa de crescimento dos demais municípios do aglomerado, na última década.

O município de São José dos Pinhais aumentou sua participação no total da população da Região Metropolitana, passando de 3,95%, em 1970, para 7,5%, em 2000. Outra informação que pode ser verificada é que, no último período intercensitário (1991-2000), à população de São José foram agregadas mais 77 mil pessoas, o que representa 11,6% do aumento populacional ocorrido na RMC nessa década. Em termos absolutos, foi o maior incremento populacional entre todos os municípios do aglomerado metropolitano, com exceção do pólo.

Em síntese, a análise da dinâmica demográfica não permite identificar, na última década, um comportamento que diferencie São José dos Pinhais dos outros municípios do aglomerado metropolitano. Observa-se, sim, uma continuidade da dinâmica já registrada desde os anos 1970/1980, que apontava para a consolidação de um grande eixo de crescimento no entorno de Curitiba, particularmente na porção leste do pólo metropolitano.

Comparando o crescimento médio apresentado pelo conjunto dos demais municípios do aglomerado metropolitano, observa-se que foi no período 1980/1991 que São José teve um crescimento superior ao apresentado por aquele conjunto (ver gráfico 1). Na última década, embora São José permaneça recebendo grande contingente populacional, o ritmo de crescimento acentuou-se nos demais municípios do aglomerado.

Possivelmente exista uma ligação entre a instalação do pólo industrial na RMC e o incremento populacional. Entretanto, estas pessoas não fixaram, necessariamente, residência nos municípios mais tradicionais, como Curitiba e São José, e acabaram encontrando moradia em outros municípios do aglomerado, mais acessíveis, dependendo da faixa de renda destes migrantes, como Piraquara, Colombo e Fazenda Rio Grande.

O crescimento demográfico registrado na RMC tem na migração o principal componente de sua dinâmica. Além da entrada de população de outras regiões do Paraná ou outros estados, tornam-se cada vez mais importantes as trocas populacionais que ocorrem entre os próprios municípios da RMC. O resultado do Censo 2000 confirma o que era apenas percepção no que diz respeito aos fluxos migratórios no Estado. No período 1995/2000, Curitiba registrou um grande número de migrantes oriundos do interior do Estado, 79.791, seguido por 67.131 pessoas cujo local de origem era interestadual ou de outros países e, neste mesmo período, mudaram-se para a capital apenas 11.244 pessoas de outros municípios da RMC.

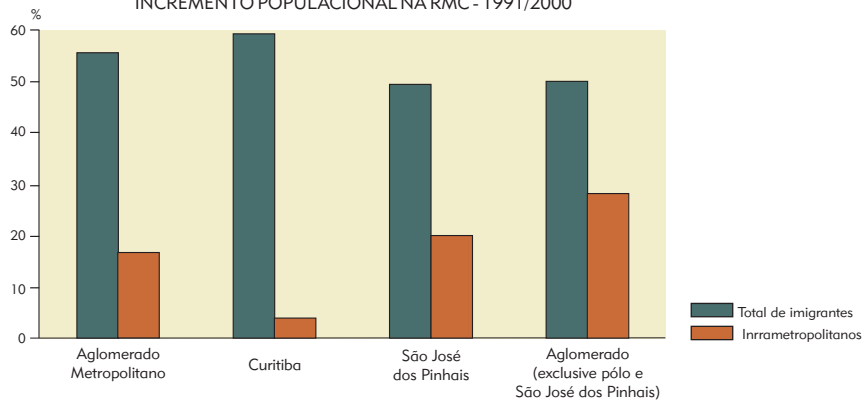
Segundo Deschamps (2004), de 1995 até 2000, 73 mil pessoas saíram da capital com destino aos outros municípios da RMC. Do total de mudanças intrametropolitanas ocorridas neste período, este número equivale a 63,5%, o que comprova que a capital paranaense mais expulsou do que recebeu população de outros municípios da RMC, demonstrando a exclusão que vem ocorrendo no pólo. Os principais destinos destes fluxos de Curitiba foram São José dos Pinhais, Colombo e Fazenda Rio Grande, que, juntos, receberam quase 34 mil pessoas oriundas do pólo metropolitano.

São José dos Pinhais, de acordo com o IBGE, registrou, com relação às migrações para o município, um total de 8.698 pessoas com origens em outros estados e países;

13.260 pessoas do interior paranaense e 15.203 de outros municípios da RMC. O aglomerado metropolitano concentrou a quase totalidade (96,1%) dos imigrantes na RMC, sendo que Curitiba respondeu por 43,6% do total. As 37 mil pessoas que passaram a residir em São José dos Pinhais representam pouco mais de 10% desse total.

Para estimar o impacto das imigrações sobre o crescimento populacional foi relacionado o número de imigrantes, total e os de origem intrametropolitana, com o incremento populacional verificado na última década. De modo geral, o total de imigrantes, verificado no período 1995-2000, representa quase metade do aumento populacional na década, sendo 48% do crescimento verificado em São José dos Pinhais. A principal diferença está relacionada com os fluxos intrametropolitanos, praticamente insignificantes em Curitiba e alcançando o valor de 20% do incremento populacional de São José e de 28% nos demais municípios do aglomerado (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE IMIGRANTES DE DATA FIXA E O INCREMENTO POPULACIONAL NA RMC - 1991/2000



FONTES: PNUD, IPARDES

É importante salientar que, segundo Deschamps (2004), há certa relação entre a origem dos fluxos migratórios e a posição social dos migrantes, expressa por seu nível de renda. Os movimentos de tipo intrametropolitano envolvem um maior número de pessoas de baixa renda.

Para aprofundar a análise demográfica e verificar, na última década, o crescimento populacional internamente a São José dos Pinhais, foi necessário compatibilizar os dados de setores censitários, fornecidos pelo IBGE, referentes aos anos de 1991, 1996 e 2000. Esta compatibilização é necessária pelo fato de a delimitação dos setores ter sido alterada no período.

O procedimento adotado consistiu em trabalhar com a nova divisão de áreas do município, estabelecida pelo IBGE para divulgação dos dados referentes ao questionário da amostra¹ do Censo de 2000. Cada área constitui uma "unidade geográfica formada

¹Para realizar o Censo, o IBGE utiliza dois questionários. O modelo simplificado é aplicado para o conjunto da população, objetivando apenas a contagem demográfica, e é chamado de questionário do universo. O outro é aplicado para parcela da população, que varia de 10% a 15% do total da população, conforme o tamanho da mesma. Este é o questionário que traz o maior conjunto de informações trabalhadas nos censos.

por agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo” (IBGE, 2002, p. 12). Essas áreas têm um tamanho populacional mínimo, definido estatisticamente, para garantir a representatividade dos resultados amostrais, e são denominadas áreas de ponderação.

O município de São José dos Pinhais foi dividido em oito áreas, que serão utilizadas para a análise da evolução demográfica e, na seqüência, para caracterizar a situação socioeconômica de sua população.

A compatibilização consistiu em adequar os diversos setores censitários de 1991 e de 1996 às respectivas áreas de ponderação de 2000. Alguns setores de 1991 foram desmembrados, dando origem a novos setores que, em 2000, situavam-se em áreas de ponderação distintas. Nestes casos, optou-se por redistribuir eqüitativamente a população de 1991 pelos novos setores de 2000 e, através destes, calcular a população em cada área de ponderação ou Áreas de Expansão Demográfica (AED) – figura 1. Por exemplo, o setor A de 1991 pode ter sido subdividido em três setores em 2000, sendo que estes foram incluídos em AEDs diferentes; cada AED, neste caso, ficou com 1/3 da população de 1991, para efeito de verificar a evolução populacional. Poucos setores precisaram sofrer esta adequação: 9 setores em 1991 e 10 na Contagem de 1996 (figura 1).

São José dos Pinhais registrou um crescimento bastante expressivo no período que compreende 1991 a 2000. Mas foi na primeira metade dessa década que o crescimento foi mais intenso. Tal crescimento, no entanto, não foi verificado de forma homogênea na área urbana do município. De acordo com o IBGE, foi nas áreas classificadas pelo Instituto como AEDs nº 1, 3 e 8 que se instalou um maior número de pessoas. Estas áreas equivalem aos bairros Jardim Ipê, Renault, Borda do Campo e Rio Pequeno. Somente nestas áreas o aumento, na década, foi de 47,3 mil pessoas, o que corresponde a 61,7% da evolução populacional total do município.

Essas três áreas apresentaram as maiores taxas de crescimento no município: ficaram acima de 7% a.a. nos dois subperíodos, o de 1991-1996 e o de 1996-2000. Em termos absolutos, o maior aumento verificou-se na área que corresponde ao bairro Jardim Ipê, que recebeu 18 mil pessoas, sendo quase 11 mil na primeira metade da década.

No segundo período, 1996-2000, também em termos absolutos, o maior crescimento foi verificado na AED nº 8, que, além de áreas rurais, compreende os bairros Renault² e Borda do Campo. Foram 7,6 mil novos moradores. Neste caso, provavelmente, a instalação do Distrito teve um importante papel neste crescimento. Não necessariamente pelas oportunidades de trabalho, mas, possivelmente, pela melhoria da infra-estrutura instalada, como água, luz e transporte coletivo, e das condições de acesso à área do Distrito.

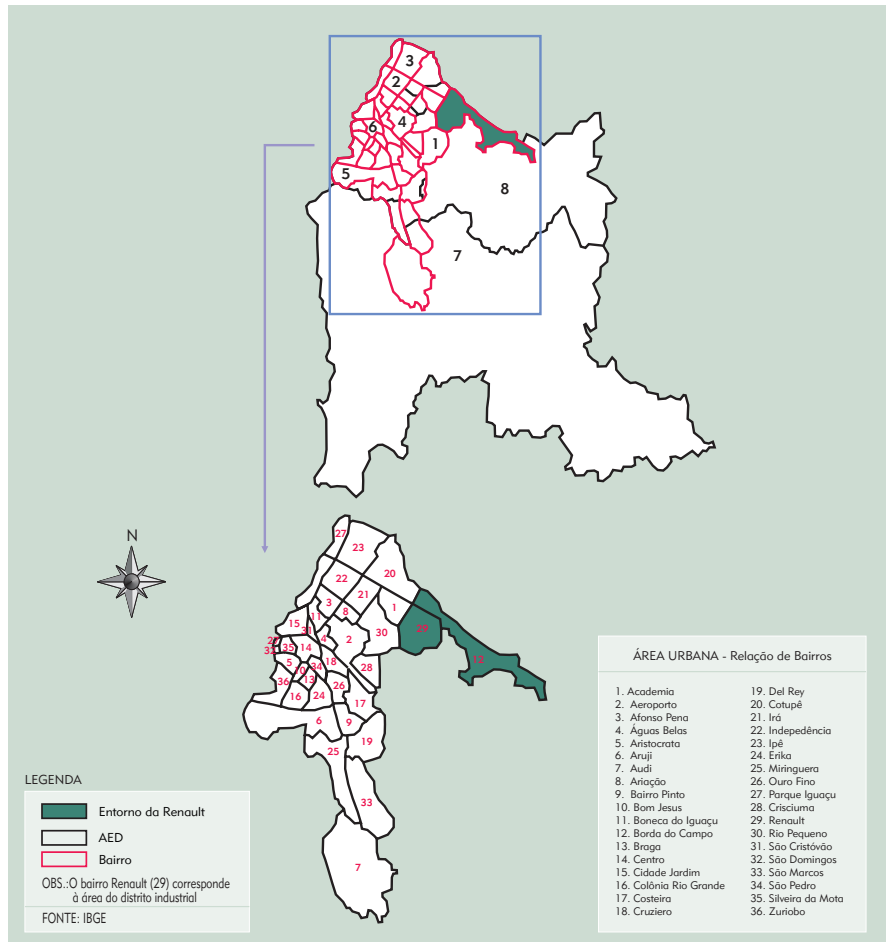
Estas áreas, antes mesmo da implantação do Distrito, em 1996, vinham tendo um processo significativo de crescimento populacional. A explicação para este fato pode estar na proximidade com a BR-277, um dos principais vetores de crescimento de São José, e de ligação da RMC com o Porto de Paranaguá. Outro dado que chama a atenção

²O bairro Renault corresponde à área do Distrito, sendo que este engloba parte da área não apenas para fins industriais, mas também para fins residenciais.

é que houve, no período de 1996-2000, um crescimento relativo importante na AED n° 6, a qual se estende da região central da cidade até a Vila São Domingos, nas margens do Rio Iguaçu. A acessibilidade a Curitiba, através da Rua Marechal Floriano, deve ser o fator que favorece o crescimento populacional.

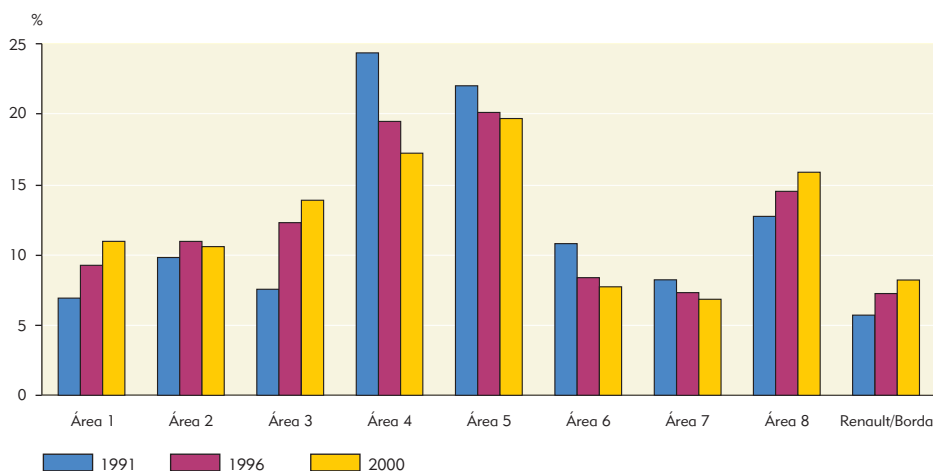
Outro eixo que pode estar se transformando em vetor de crescimento é o Contorno Leste³. A parte do bairro Rio Pequeno, com forte crescimento na década, está próxima do referido eixo. Em 1991, a área mais populosa era a AED 4, correspondente aos bairros Afonso Pena e Aviação, onde residiam cerca de 30 mil pessoas. Essa área apresentou a menor taxa de crescimento na década (1,30% a.a.), perdendo sua posição de área mais populosa para a AED 5, que são os bairros da porção central do município, nas margens do eixo avenida Comendador Franco/BR-376 (gráfico 3).

FIGURA 1 - ÁREAS DE PONDERAÇÃO E DELIMITAÇÕES DOS BAIRROS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



³O Contorno Leste é um trecho da BR-116 construído para desviar o tráfego pesado da área urbana dos seguintes municípios do aglomerado: São José dos Pinhais, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e Curitiba.

GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO NA POPULAÇÃO TOTAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1991/2002



FONTE: IBGE

O gráfico acima permite uma outra conclusão. A AED 8, onde se localiza o Distrito Industrial, já ocupava, em 1991, a terceira posição entre as AEDs mais populosas, sendo a única entre as três mais adensadas que ampliou sua participação na população do município, na última década. Pode-se verificar ainda o salto registrado na participação da AED 3, correspondente ao Jardim Ipê. São José dos Pinhais, além de ter um crescimento populacional bastante significativo nos anos 1990, aumentou, ainda, seu grau de urbanização, alcançando cerca de 90% dos habitantes do município morando na cidade.

E para verificar em que condições sociais essa população se encontra, serão utilizadas algumas informações do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, publicado pelo PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro. As informações referem-se aos anos 1991 e 2000, permitindo verificar a evolução no último período intercensitário.

No que diz respeito à estrutura etária da população são-joseense os números são os seguintes: do total da população em 2000 (204.316), foram registradas 62.116 pessoas com menos de 15 anos (30,40%), 134.760 na faixa dos 15 aos 64 anos (65,96%) e 7.440 com 65 anos ou mais (3,64%). Os indicadores de longevidade e mortalidade melhoraram no período analisado. A taxa de mortalidade de até um ano de idade (por 1.000 nascidos vivos) era de 34,6 em 1991; em 2000, caiu para 16,9. A esperança de vida ao nascer cresceu dos 66,6 anos, em 1991, para 70,8 anos, em 2000.

No que tange à educação, a taxa de analfabetismo caiu de 7,7%, em 1991, para 4,2%, em 2000, na faixa etária de 7 a 14 anos. Já na faixa dos 10 aos 14 anos este índice passou de 3,0% para 0,6%, no período. Dos 15 aos 17 anos, a queda registrada foi de 1,4% para 1,2%. Na faixa dos 18 aos 24 anos, a taxa de analfabetismo, que era de 2,8%, em 1991, foi reduzida à metade, chegando a 1,4% em 2000. Na população adulta, 25 anos ou mais, o número de analfabetos também caiu. Em 1991 a taxa era de 11,2% e, em 2000, passou a 7,0%. Os indicadores apresentados indicam melhoria no atendimento à população jovem.

As informações do Atlas de Desenvolvimento Humano mostram que a renda *per capita* média do são-joseense cresceu, em termos reais, 34,4% no período analisado. Conforme os números levantados, a renda *per capita* média passou de R\$ 231,55, em 1991, para R\$ 311,29 em 2000. Por outro lado, a desigualdade de renda aumentou. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, teve um ligeiro crescimento: passou de 0,49, em 1991, para 0,52 em 2000.

O crescimento da renda, expresso pela média municipal, foi apropriado de modo desigual entre os diversos segmentos populacionais. Conforme o indicador de renda apropriada por estratos da população, em 1991, os 20% mais pobres possuíam 4,3% de toda a renda pessoal no município; em 2000, eles passaram a deter apenas 3,4%. Os 20% mais ricos tiveram sua participação aumentada de 54,5%, em 1991, para 57,0%, em 2000. No mesmo período, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de São José dos Pinhais cresceu 9,19%, passando de 0,729 para 0,796. São José ocupa a 637ª posição no *ranking* nacional e a 28ª no âmbito estadual.

A análise acima opera com indicadores que demonstram o padrão médio do município, não permitindo verificar as desigualdades sociais no seu interior. Daí a necessidade de trabalhar na escala intra-urbana, abordagem que permitirá complementar nossa compreensão da estrutura urbana de São José dos Pinhais, através da qualificação do perfil populacional em cada uma das AEDs.

A análise por AEDs possibilitou identificar, por exemplo, de acordo com a renda familiar mensal, onde estão as famílias com menores e maiores rendimentos. E a constatação foi de que esta configuração segue a lógica de ocupação das cidades brasileiras: quanto maior a renda, melhor também é o local de moradia, mais próximo da área central, com melhor infra-estrutura instalada. E quanto menor a renda, piores são as condições de habitação desta população. Em geral, são áreas periféricas, de invasão, vulneráveis a risco ambiental e com infra-estrutura precária.

Considerando-se as famílias cujos responsáveis ganham até dois salários mínimos mensais, há três áreas em que a sua participação supera 40% do total de famílias residentes no local: as áreas 7 (48,34%), 3 (45,64%) e 8 (44,50%). Estas áreas equivalem aos bairros Del Rey, Jardim Ipê, Jardim Alegria, Renault e Borda do Campo. No outro extremo, das famílias com rendimento mensal superior a 10 salários mínimos, destacam-se as das AEDs 6, 4 e 5, onde, respectivamente, 26,21%, 14,29% e 10,70% dos responsáveis tinham esse nível de rendimento. Estas AEDs correspondem aos bairros Cidade Jardim, Centro, São Cristóvão, Afonso Pena, São Pedro, Braga e Itália.

Quanto aos dois indicadores de renda, chama a atenção a situação da AED 5, que, como visto anteriormente, é a área mais populosa do município. Esta área possui um elevado percentual de chefes de menor renda (31,49%), mas destaca-se também pela participação daqueles situados no estrato superior (10,70%).

Com relação a esta situação, cabe adiantar dois aspectos que serão detalhados a seguir. Primeiro, enquanto porções desta AED se consolidam como local de moradia de setores médios e altos, registra-se a presença, nela, de várias ocupações irregulares. Segundo, entre as AEDs que fazem fronteira com Curitiba, a AED 5 é a que possui a menor proporção de pessoas se deslocando para outros municípios para trabalhar ou estudar. Estes dois aspectos podem estar relacionados com o fato de a população de

baixa renda encontrar oportunidades de trabalho (serviços pessoais e domésticos) junto ao segmento médico em consolidação.

De acordo com dados da própria Prefeitura de São José dos Pinhais, aproximadamente 14 mil pessoas vivem, hoje, distribuídas em 50 áreas de invasão ou ocupação⁴ no município. O maior destes agrupamentos é o Jardim Alegria, uma invasão localizada dentro dos limites do Jardim Ipê, que possui, segundo a Prefeitura, 1.125 famílias morando na área, totalizando 5.400 pessoas. Porém, existem ainda áreas de ocupação irregular na AED 5, região que faz limite com Curitiba próxima ao acesso pela rua Marechal Floriano.

O indicador de analfabetos funcionais, chefes de famílias com até três anos de estudos, tem uma forte ligação com a situação econômica do pesquisado. Neste caso, a concentração maior, em termos percentuais, está na área de ponderação nº 7 (41,56%), onde 1.613 chefes de famílias não chegaram a concluir o primeiro ciclo do ensino fundamental. Em valores absolutos, a área que abriga o maior número de analfabetos funcionais é a área 5, que equivale aos bairros Parque Iguazu, São Domingos e Colônia Rio Grande. Dos 11.240 responsáveis familiares, 2.530 (22,51%) têm até três anos de estudo. E, por outro lado, os bairros com menor número de chefes de família com pouca escolaridade localizam-se na área 6, onde encontra-se o centro da cidade: são 623 chefes de famílias, representando 13,36% do total da área.

Este quadro se inverte quando o que está sendo analisado é a condição de escolaridade com 11 anos ou mais de estudo. Em termos percentuais, a melhor área é a 6, com 44,50%. E, em números absolutos, é a área 4, dos bairros Afonso Pena, Independência, Aviação e Iná, com 3.403 (33,34%) de um total de 10.207 chefes de família com 11 anos ou mais de estudo. E, de outro lado, a pior situação é da área 7, em que, dos 3.881 chefes, apenas 318 (8,14%) concluíram o ensino médio.

Esta área 7 é, também, a que apresenta a pior situação entre os domicílios particulares permanentes urbanos. Considerando-se como adequados os domicílios com água, luz, coleta de lixo e densidade de, no máximo, dois moradores por quarto, verifica-se que na área 7 somente 7,82% se enquadram nos critérios já mencionados. As melhores áreas são a 6, com o melhor percentual: 86,48%, o que significa 3.886, de um total de 4.493 domicílios: e a área 4, que apresenta o melhor número absoluto. São 7.615 domicílios (79,48%), de um universo de 9.582, atendidos com os serviços de água, energia elétrica, coleta de lixo e a densidade de dois moradores por dormitório da casa.

Quanto ao mercado de trabalho, de um modo geral, os moradores das áreas 4 e 5 apresentam os maiores índices percentuais e absolutos de trabalhadores com carteira assinada. A pior situação, novamente, está na área 7: dos 6.332 trabalhadores, apenas 1.906 (30,10%) estão no mercado formal de trabalho.

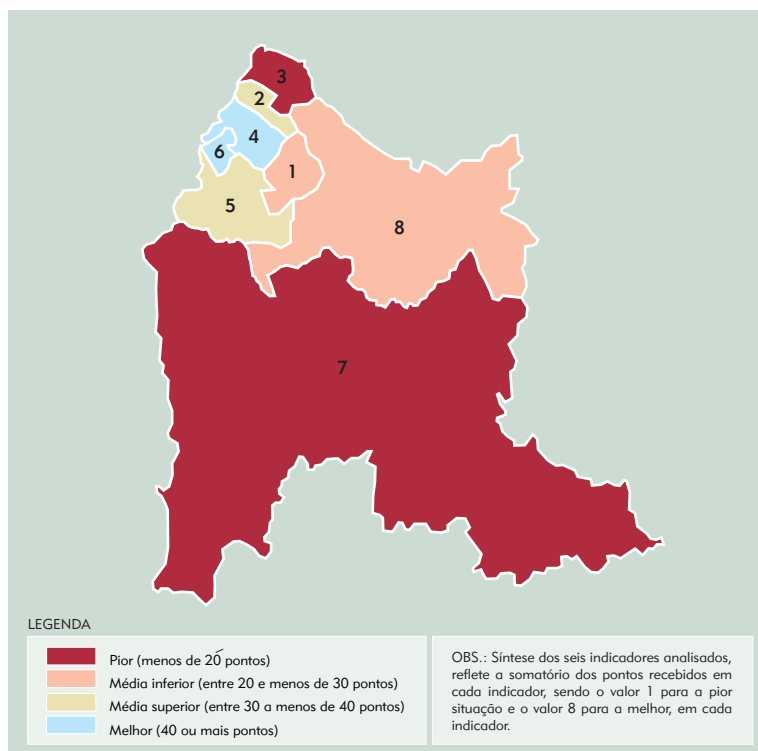
O município de São José dos Pinhais apresenta índices razoáveis de atendimento às chamadas políticas públicas sociais. No entanto, as desigualdades aparecem quando se reduz a escala de análise e o recorte espacial passa a ser as áreas de ponderação do IBGE. A figura 1 é uma síntese dos seis indicadores acima analisados. Ela representa o

⁴A Prefeitura de São José considera **invasão** quando o morador apropriou-se indevidamente da área, e **ocupação** quando o morador teve a concessão de ocupar a área.

resultado de um sistema de ponderação para cada indicador, com valores, atribuídos à cada AED, variando de 1, a pior situação, até 8, a melhor.

As duas áreas com melhor situação (4 e 6) foram as que apresentaram menor crescimento populacional na década, sendo também de ocupação mais antiga. Entre as piores (áreas 3 e 7), vale diferenciá-las: a área 7 possui ainda importante parcela de sua população dependente de atividades rurais, enquanto a área 3 é típica dos processos de periferização da pobreza, concentrando algumas das maiores ocupações do município (figura 2).

FIGURA 2 - SÍNTESE DA CONDIÇÃO DE VIDA NAS ÁREAS DE PONDERAÇÃO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2000



FONTE: IBGE

Desta forma, descortina-se uma condição socioespacial absolutamente dependente da situação de renda dos moradores. As áreas mais carentes situam-se nos extremos dos principais vetores de crescimento das últimas décadas (a BR-277, a BR-376 e o Contorno Leste), além de envolver a parcela da população rural do município. Por outro lado, há uma forte expansão de setores médios e altos para as áreas 2 e 5, situadas nas proximidades dos bairros mais antigos e consolidados de São José dos Pinhais.

Na seqüência aborda-se a inserção ocupacional da população que mora em São José dos Pinhais, a partir da compreensão de que o trabalho constitui importante elemento para a discussão da ordem socioespacial metropolitana. Através de sua caracterização

pode-se não apenas captar a dimensão da integração do espaço, que dá sentido à noção de uma entidade espacial distinta, o aglomerado metropolitano, como, através da associação entre categoria ocupacional e local de moradia, verificar as divisões sociais manifestas nessa espacialidade.

Assim, objetiva-se, inicialmente, verificar como evoluiu o mercado de trabalho em São José dos Pinhais. Em um segundo momento, pretende-se caracterizar a população de acordo com a sua situação ocupacional e buscar as inter-relações entre o mercado de trabalho local e o metropolitano. Para analisar a evolução do mercado de trabalho local foram utilizados dados do Ministério do Trabalho/RAIS, sobre o número de empregos formais, ou seja, os empregos com abrigo na legislação trabalhista.

No que se refere às informações da RAIS, estabeleceram-se dois períodos de análise – 1992-1996 e 1996-2002 –, tendo como referência o ano em que se iniciou a implantação do distrito industrial da Renault. Os dados da tabela 3 permitem concluir que, no período inicial, o crescimento de postos de trabalho no aglomerado metropolitano foi bastante reduzido, tendo crescido apenas 6,9%. Mesmo assim, São José dos Pinhais aparece com uma taxa ligeiramente superior (18,2%), possivelmente expressando o impacto do início das obras do distrito. O baixo crescimento do emprego, neste período, foi geral em todo o Paraná.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS – RMC E PARANÁ - 1992/2002

ÁREAS	1992	1996	2002	1992/1996		1996/2002	
				%	Abs.	%	Abs.
Aglomerado Metropolitano	595.796	637.034	747.026	6,9	41.238	17,3	109.992
Curitiba	497.404	535.907	585.972	7,7	38.503	9,3	50.065
São José dos Pinhais	21.712	25.655	43.674	18,2	3.943	70,2	18.019
Aglomerado (exclusive pólo e São José dos Pinhais)	76.680	75.472	117.380	-1,6	-1.208	55,5	41.908
RMC	607.821	646.644	763.938	6,4	38.823	18,1	117.294
Paraná	1.292.211	1.445.070	1.812.631	11,8	152.859	25,4	367.561

FONTE: MTE-RAIS

Já no período 1996-2002, chama a atenção o crescimento de empregos em São José, com o aumento de 70,2%, contra um crescimento de 9,3%, em Curitiba, e de 25,4% para o Paraná. Além de São José, os outros municípios do aglomerado, excetuando-se o pólo e São José, cresceram 55%, fato que se deve, possivelmente, aos investimentos ocorridos na Região neste período, não só na indústria, mas também em outros setores, e, ainda, em função de alguns destes setores, inclusive o automotivo, terem se beneficiado com o aumento das exportações a partir de 2000.

A RAIS nos indica, também, onde houve crescimento dentro do município. No primeiro subperíodo, em termos relativos, destaca-se a construção civil (112,2%), o comércio (76,7%) e material de transportes (80,4%). Estes dados confirmam a análise anterior de que já se faziam sentir, em 1996, os primeiros impactos dos novos investimentos sobre o município. E, independentemente destes investimentos, São José vinha apresentando intenso crescimento populacional, fato que favorece atividades como o comércio e a construção civil.

No segundo subperíodo, mais intenso em termos de crescimento do emprego, a indústria e os serviços se destacam, alcançando variações superiores a 70%. Dos 18 mil novos empregos, oito mil foram gerados pela indústria, sendo 4,3 mil no setor automotivo, no setor de serviços foram gerados 6,5 mil, e outros 2,7 mil no comércio. Em São José, num período de 10 anos, 1992-2002, dobrou o número de emprego formal, sobretudo depois da implantação do Distrito Industrial (tabela 4).

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE, EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1992/2002

SETOR DE ATIVIDADE	1992	1996	2002	1992/1996		1996/2002	
				%	Abs.	%	Abs.
Agropecuária	106	325	358	206,6	219	10,2	33
Indústria	10.603	11.440	19.458	7,9	837	70,1	8.018
Material de transportes	418	754	5.067	80,4	336	572,0	4.313
Construção civil	600	1.273	1.969	112,2	673	54,7	696
Comércio	2.352	4.157	6.910	76,7	1.805	66,2	2.753
Serviços	6.879	8.432	14.979	22,6	1.553	77,6	6.547
Não definido	1.172	28	-				
TOTAL	21.712	25.655	43.674	18,2	3.943	70,2	18.019

FONTE: MTE-RAIS

As informações obtidas através do Censo Demográfico 2000 nos dão indicação da população ocupada, quanto ao número e local de residência no município. Diferentemente da RAIS, elas captam todo tipo de ocupação existente. São José registrava, em 2000, 85,6 mil pessoas ocupadas. A indústria era responsável por 24,8% deste total, oferecendo ocupação a 21 mil pessoas.

Embora de modo parcial, a análise da distribuição setorial da ocupação permite observar a composição social em cada área de ponderação do IBGE. Verifica-se que a área de ponderação 7 é marcada pela presença mais acentuada de trabalhadores ligados às atividades rurais/agropecuárias, os quais representam 38,4% do total de ocupados. Vale lembrar que é nesta área que se localiza a Audi, e que ela foi uma das áreas com menor incremento populacional na última década, em função, basicamente, de o entorno deste distrito ser formado por pequenas propriedades rurais, algumas de lazer, outras de moradia (tabela 5).

TABELA 5 - POPULAÇÃO OCUPADA E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE E ÁREAS DE PONDERAÇÃO, EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2000

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA DE PONDERAÇÃO								TOTAL
	Área 1	Área 2	Área 3	Área 4	Área 5	Área 6	Área 7	Área 8	
População ocupada	8.562	9.076	10.604	14.763	16.872	7.051	6.332	12.346	85.607
Setor de Atividade (%)									
Agropecuária	5,0	0,7	1,5	0,6	2,0	0,5	38,4	11,2	5,8
Indústria	32,5	31,4	26,1	23,5	25,9	16,9	18,6	20,9	24,8
Construção civil	12,3	12,8	17,9	7,1	9,8	6,2	5,7	12,7	10,7
Comércio	16,5	17,2	14,3	21,4	19,4	25,2	7,0	14,3	17,4
Serviços produtivos, sociais e administrativos	23,3	28,1	27,1	39,8	34,6	42,5	19,0	28,4	31,4
Serviços pessoais e domésticos	9,0	9,0	12,3	6,5	8,1	6,8	9,4	11,2	8,9
Não definido	1,3	0,7	0,7	1,1	0,3	1,9	2,0	1,3	1,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados da amostra)

Na área 8, onde se localiza a Renault, existe um segmento importante de trabalhadores rurais, porém predominam as atividades urbanas, com certa ênfase em algumas atividades típicas de segmentos mais populares, como os serviços domésticos e a construção civil, que representam, respectivamente, 11,2% e 12,7% do total de ocupados. A indústria também apresenta significativa participação (20,9%) neste total. Como esta área é territorialmente extensa, ela envolve duas realidades distintas: uma delas ligada à ruralidade que marcou a história do município, e outra, mais recente, associada à expansão metropolitana, principalmente na parcela que corresponde ao entorno do Distrito Industrial.

As áreas 1, 2 e 3 constituem os espaços de média e baixa rendas no município de São José dos Pinhais. É nelas que se registram as maiores participações de trabalhadores industriais, que chegam a representar 32,5% na área 1 (Bairro Rio Pequeno). Além disso, contam, também, com acentuada presença de trabalhadores da construção civil e de serviços domésticos.

Por fim, as áreas 4, 5 e 6 correspondem às áreas urbanas de mais antiga ocupação, onde se destacam os trabalhadores ligados aos segmentos mais organizados do setor de serviços. Nestas áreas acentua-se, também, a participação de trabalhadores do comércio, confirmando tratar-se de espaços marcados pela maior presença de segmentos das classes média e alta.

A questão da integração metropolitana, avaliada sob a ótica dos fluxos para trabalho ou estudo, coloca São José em uma situação particular entre os municípios do aglomerado metropolitano, pois ele apresenta tanto importantes fluxos de saída, como também de recepção de pessoas. Em 2000 saíram do município 24 mil pessoas, a maioria para trabalhar, o que representa 11,9% da população (tabela 6).

TABELA 6 - PESSOAS RESIDENTES EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS QUE TRABALHAM OU ESTUDAM EM OUTRO MUNICÍPIO, SEGUNDO ÁREAS DE PONDERAÇÃO E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - 2000

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	ÁREA DE PONDERAÇÃO								TOTAL
	Área 1	Área 2	Área 3	Área 4	Área 5	Área 6	Área 7	Área 8	
Pessoas que saem de São José dos Pinhais (a)	1.898	2.644	5.436	4.954	3.127	2.349	218	3.584	24.209
Não trabalham	187	249	738	1007	352	541	30	367	3471
Ocupados	1.710	2.395	4.697	3.947	2.775	1.808	188	3.217	20.737
População total (b)	21.863	20.866	27.588	34.175	39.231	15.305	13.523	31.651	204.202
a / b (%)	8,7	12,7	19,7	14,5	8,0	15,3	1,6	11,3	11,9

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados da amostra)

É da área 3, que abrange o Jardim Ipê e a invasão Alegria, que, proporcionalmente, mais pessoas saem para trabalhar fora (19,7% da população). No outro extremo está a área 7, com perfil rural, onde apenas 1,6% de seus moradores dirigem-se para outros municípios. Quando se considera o número de pessoas que saem para trabalhar ou estudar, aparecem outras áreas do município: a área 6, região central da cidade, com o maior número, e a área 2, Jardim Independência, às margens da BR-277, com o menor número de deslocamentos.

No que se refere ao contingente de trabalhadores que se desloca para São José dos Pinhais, de um total de 10 mil pessoas no ano de 2000, 72% sai de Curitiba e 25% do

aglomerado metropolitano, sendo o restante oriundo de outros municípios da Região Metropolitana e do Litoral. A maior parte dos fluxos que saem do aglomerado tem origem em Pinhais, Piraquara e Colombo. Entre os demais municípios, destacam-se os fluxos de Tijucas do Sul para São José.

Aqueles que saem do pólo deslocam-se predominantemente para fins de trabalho; por outro lado, 11,7% dos que saem dos demais municípios do aglomerado vêm para estudar em São José. Quanto ao deslocamento de trabalho, tanto do aglomerado como do pólo, a maioria das pessoas trabalha nas indústrias; com este fim saem de Curitiba e do aglomerado, respectivamente, 48% e 37,1% das pessoas. Entre aqueles oriundos de outros municípios, 13,5% são trabalhadores da construção civil (tabela 7).

TABELA 7 - PESSOAS RESIDENTES EM OUTROS MUNICÍPIOS QUE TRABALHAM OU ESTUDAM EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, SEGUNDO A ORIGEM E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - 2000

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	ORIGEM			TOTAL
	Curitiba	Aglomerado	Demais municípios da RMC/ Litoral	
Não trabalha	297	277	3	578
Ocupados	6.653	2.096	325	9.074
Agropecuária	55	53	30	137
Indústria	3.337	879	30	4.246
Construção civil	216	320	62	598
Comércio	973	266	43	1.283
Serviços	1.995	567	161	2.722
Não definida	77	11	0	88
TOTAL	6.951	2.373	328	9.652
Distribuição Percentual por Condição				
Não trabalha	4,3	11,7	1,1	6,0
Total que trabalha	95,7	88,3	98,9	94,0
Agropecuária	0,8	2,2	9,0	1,4
Indústria	48,0	37,1	9,1	44,0
Construção civil	3,1	13,5	18,8	6,2
Comércio	14,0	11,2	13,1	13,3
Serviços	28,7	23,9	48,9	28,2
Não definida	1,1	0,5	0,0	0,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados da amostra)

Além do crescimento urbano, materializado nos loteamentos, sejam eles irregulares ou não, o Leste da RMC continua sofrendo com ações antrópicas, altamente impactantes à característica ambiental desta área. Esta região recebeu o Distrito Industrial de São José dos Pinhais e o Contorno Leste.

O crescimento desordenado da RMC e a falta de uma política pública habitacional geraram, sobretudo a partir da década de 1980, uma onda de ocupações irregulares ou não, em toda a Região, com ênfase, no entanto, nesta porção Leste. Os dados da Comec para as ocupações irregulares dão conta de que São José dos Pinhais possuía, em 1992, apenas 581 habitações irregulares, passando, em 1998, para 3.838 unidades, o que equivale a uma população de 14.201 habitantes.

Segundo dados da Prefeitura de São José, estas pessoas estão distribuídas em 23 diferentes bairros. A maior ocupação é a do Jardim Alegria, localizada no bairro Ipê,

com 5.400 moradores, seguida da ocupação Costeira, com o registro de 1.018 habitantes. De acordo com informações da Prefeitura de São José, não foi registrado no município, nos últimos anos, um número relevante de novas áreas de invasão. O que houve foi um adensamento populacional nas maiores ocupações.

A implantação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais demandou algumas obras de infra-estrutura, que contribuem para agilizar o escoamento dos bens e mercadorias gerados nos vários processos produtivos da Região: a ampliação e melhoria do Porto de Paranaguá e do Aeroporto Afonso Pena, e, ainda, a retomada e conclusão das obras do Contorno Leste, que tem como principal função, segundo o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do referido empreendimento, desviar do perímetro urbano da RMC o tráfego pesado e de longa distância da BR-116.

O contorno Leste tem 60 quilômetros de extensão e passa ao lado de uma das principais barragens para abastecimento público da região metropolitana de Curitiba, a do Iraí. Neste trecho, chamado agora de BR-116, segundo o Departamento Nacional de Infra-estrutura em Transportes (DNIT), vinculado ao Ministério dos Transportes, passam diariamente 25 mil veículos, a metade deles caminhões (cerca de 10% dos caminhões circulam transportando cargas perigosas).

A implantação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais foi cercada de muita polêmica, em função do local escolhido para instalá-lo. Foram necessárias duas audiências públicas para a discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e, ainda assim, ao final, restaram divergências. As argumentações oficiais vieram respaldadas em vários artifícios legais. Um deles foi a institucionalização da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Pequeno, através de Decreto Estadual nº 1.752/96, em cujo texto consta a "defesa da qualidade e potabilidade da água do Rio Pequeno". Segundo projetos da Sanepar, a água deste Rio seria utilizada no futuro, a montante do Distrito, quando da construção de uma barragem.

Na época das discussões acerca da implantação do Distrito, a Sanepar justificou o descarte da água do Rio citando o plano diretor de águas de 1991, que indicava que esta área próxima ao empreendimento já tinha certo comprometimento em função de invasões, ocupações de fundo de vale e outros usos do solo incompatíveis com uma área de manancial. Vale salientar que, dentro de uma APA, o uso e ocupação do solo obedecem a uma legislação bastante restritiva, e que a APA do Rio Pequeno teve seus limites remarcados imediatamente após a área do distrito industrial.

Com relação ao aproveitamento hídrico para consumo, o Rima leva em consideração informações da Sanepar retiradas do Plano Diretor de Águas de 1990 e baseia-se, ainda, na Lei Estadual 8.935, de 7 de maio de 1989, que cita os Rios Pequenos e Itaquí como parte do sistema integrado de abastecimento de água da RMC e "cujas vazões e qualidade são significativas para a estabilidade do sistema" (HARDT, s.d., p. 138). O Relatório alerta, ainda, para os riscos que o empreendimento pode trazer quanto à alteração da qualidade da água causada por possíveis lançamentos de efluentes (esgotos) industriais no Rio Pequeno ou em seus afluentes internos à área do empreendimento.

Os possíveis danos que poderiam ser causados a partir de fontes poluidoras industriais não ocorreram. Porém, o descarte definitivo do Rio Pequeno para abastecimento, este sim seria um dano de grandes proporções, pois comprometeria diretamente o

abastecimento de cerca de 280 mil pessoas e, de forma indireta, de um número bem maior, de acordo com informações da Sanepar. O fato é que a Companhia de Saneamento do Paraná não deixou de utilizar a água do Rio Pequeno, apesar do desvio construído (e reconstituído) após as duas audiências públicas, com o objetivo de levar a água deste Rio para depois da captação do Rio Iguçu.

Fato que comprova a importância deste manancial é que, através do Decreto nº 4.267, de 31 de janeiro de 2005, o Rio Pequeno voltou a ser incluído na área das bacias dos rios que compõem os mananciais e recursos hídricos de interesse da RMC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pôde ser verificado, São José dos Pinhais passou, ao longo dos últimos 20 anos, por importantes transformações. A conformação do aglomerado metropolitano o colocou como um importante município, em função, principalmente, de sua localização, que passou a ser estratégica na dinâmica da economia regional.

O crescimento populacional registrado no município, mais acentuado na década de 1970, mas que vem se mantendo a taxas elevadas, e a implantação de dois distritos industriais, onde estão instaladas as fábricas de automóveis Audi e Renault, foram fatores, também, de alterações no perfil social, espacial, econômico e ambiental de São José dos Pinhais.

A literatura abordada aponta para o fato de os processos recentes de globalização e reestruturação produtiva materializarem a transição dos paradigmas presentes nos processos produtivos do fordismo e do toyotismo ou acumulação flexível. Sob o ponto de vista interno, as principais alterações dizem respeito à falta de especialização do empregado, que precisa ser flexível para desempenhar várias funções, e à modernização do processo produtivo, que reduziu drasticamente o número de trabalhadores, principalmente na linha de montagem. A indústria automobilística é um caso típico, onde robôs ocupam o lugar de vários operários em tarefas que exigem agilidade e alta precisão no seu desenvolvimento.

Outra problemática ressaltada são as alterações no entorno das fábricas, relacionadas à formação de bairros operários, bolsões de pobreza e a conseqüente demanda por serviços. Entende-se, ainda, que existem outras implicações na implantação de empreendimentos deste porte, como o comprometimento de recursos públicos para viabilizar os novos investimentos produtivos. Entretanto, o presente artigo centrou sua análise nos impactos socioespaciais que se estabeleceram e na dinâmica do mercado de trabalho que, neste caso específico, foi fundamental para entender algumas das relações espaciais existentes no aglomerado metropolitano.

Assim sendo, pôde-se constatar que, do ponto de vista locacional, o distrito industrial de São José encontra-se num local onde é possível potencializar todas as vantagens existentes, como o acesso às BRs, inclusive o Contorno Leste, ao Porto de Paranaguá e ao Aeroporto Afonso Pena.

Porém, sob o ponto de vista ambiental, esta mesma localização foi o que resultou no aspecto negativo do empreendimento: sua instalação tornou ainda mais frágil e vulnerável a área de manancial do Rio Pequeno, o qual abastece parte da RMC, em função dos riscos quanto à alteração da qualidade da água causada por possíveis extravasamentos dos esgotos

industriais, e, ainda, de possíveis acidentes com caminhões transportando carga tóxica, uma vez que o tráfego pesado, nesta região, aumentou significativamente.

No que tange à dinâmica demográfica, em particular o possível incremento migratório em função da instalação das indústrias, verificou-se, pelas séries históricas do censo, que não ocorreram picos de crescimento populacional a partir de 1996, ano da implantação das indústrias. Os adensamentos mais expressivos, formados pela área de invasão Alegria e pelo Jardim Ipê, estão às margens da BR-277, importante vetor de crescimento do Leste da RMC, sobre o qual já se observava, anteriormente, afluxo populacional.

O Jardim Ipê, junto com outros bairros que também margeiam a rodovia, próximos às fábricas de veículos, foi atendido, inclusive, com serviços de saneamento básico executados pelo programa de Saneamento Ambiental para a RMC (Prosam) cujas obras foram iniciadas no final de 1995, antes da chegada das indústrias.

A propósito, justamente por ser área de manancial foi que esta região, mais parte dos municípios de Curitiba, Pinhais, Piraquara, Colombo e Quatro Barras, receberam a indicação de atendimento com as obras do Prosam, que tinha como principal objetivo a recuperação da qualidade da água dos mananciais que compõem a bacia do Altíssimo Iguaçu.

Ainda com relação ao crescimento da população, vale lembrar que o aumento no número de habitantes ocorreu na RMC como um processo único, mais do aglomerado do que individualmente de cada município. As maiores taxas foram registradas, nos períodos mais expressivos de crescimento, nas porções limítrofes ao pólo e, de forma mais acentuada, no leste metropolitano.

A qualificação do fluxo migratório, segundo sua origem, permitiu verificar a presença de outros processos que vêm adquirindo relevância nos estudos sobre a expansão urbana na RMC. Trata-se da crescente seletividade do município-pólo, que dá origem a importante fluxo intrametropolitano, responsável por parcela expressiva do incremento populacional verificado no aglomerado metropolitano.

Dois aspectos são fundamentais para entender a razão de não ter havido uma pressão populacional maior no entorno do Distrito. Um deles relaciona-se ao fato de a população, que ocupa as novas áreas, manter relações com o pólo, principalmente para trabalho. Observou-se que as áreas na fronteira com Curitiba apresentam maior grau de mobilidade do tipo pendular e foram as que receberam os maiores contingentes populacionais.

O segundo aspecto, mais relevante para a temática aqui tratada, da relação entre indústria e organização socioespacial, remete para a questão da arquitetura e da nova organização flexível do trabalho. Além de requerer um número relativamente menor de trabalhadores, as novas empresas organizam-se de modo a prescindir do entorno. Ou seja, a maioria das atividades de apoio, inclusive de atendimento ao empregado, como, por exemplo, alimentação, é suprida no interior da empresa.

Hoje, poucas são as empresas de maior porte que não têm sistema de transporte especial e paralelo ao público para transportar seus empregados para o trabalho e para a moradia. Esta situação pode ser verificada em São José dos Pinhais pelas informações

que indicam de onde vêm, interna ou externamente ao município, os trabalhadores da indústria, com participação expressiva daqueles que vêm de Curitiba e municípios próximos.

Um aspecto relevante do resultado da chegada dessas empresas em São José foi a geração de empregos, em que pese o fato de o processo de acumulação flexível criar um número relativamente menor do que o processo fordista. Porém, por pequeno que seja o número de postos de trabalho de uma nova empresa que se instala, isto acaba sendo mais positivo do que reestruturar um processo de produção já consolidado, como aconteceu em algumas indústrias do ABC paulista, resultando em um número significativo de demissões.

No caso aqui estudado, pode-se observar que o aumento recente do emprego foi maior, em termos relativos, nos municípios do aglomerado metropolitano, a exemplo de São José dos Pinhais, e que está se consolidando uma nova divisão intrametropolitana do trabalho com essa espacialidade – o entorno do pólo –, adquirindo maior relevância no emprego industrial.

Particularmente em São José dos Pinhais, houve um crescimento importante de empregos gerados pelo setor industrial, em especial no segmento material de transporte. O desempenho da indústria, neste sentido, só não foi melhor em função da fabricação de parte de peças e componentes que acontece fora do Estado/País.

Quanto à dinâmica socioespacial pode-se afirmar que, na escala metropolitana, ela passa por importante redefinição, com crescente processo de elitização do pólo, impulsionando fluxos de saída da população para os municípios do entorno. Por outro lado, os movimentos populacionais em direção ao entorno não se restringem apenas aos movimentos da pobreza, embora essa população seja majoritária neste tipo de fluxo. É neste sentido que alguns autores destacam a necessidade de requalificar o antigo modelo centro-periferia de expansão urbana.

Em São José dos Pinhais pôde-se observar que este processo manifestou-se pelo crescimento das áreas de população de baixa renda, onde a precariedade aparece, principalmente, pela falta de acesso à terra, ligada ao aumento das invasões/ocupações, e também por um espraiamento de segmentos médios e altos a partir das áreas centrais e articuladas aos principais eixos de acesso a Curitiba.

Verificou-se ainda que, via mercado de trabalho, pode estar ocorrendo uma articulação entre estes estratos sociais através da prestação de serviços pessoais e domésticos aos segmentos médios, processo que parece estar incluindo também trabalhadores de outros municípios do aglomerado que têm em São José dos Pinhais uma segunda opção de local de trabalho.

Em síntese, a realização do presente estudo permitiu verificar que a implantação do distrito industrial em São José dos Pinhais teve como principal fator negativo a área escolhida para abrigá-lo. Não fosse por isto, a avaliação poderia ser positiva, pois, no que diz respeito às outras variáveis analisadas, o empreendimento gerou os resultados previstos quando de sua instalação, como o aquecimento da economia local e regional, além da criação de novos postos de trabalho.

Entretanto, esta análise mostra, ainda, a dinâmica da produção e os produtores do espaço urbano-industrial. Mesmo tendo trabalhado o presente texto com poucos autores,

ficam aparentes os interesses do grande capital, com a anuência do poder público, em detrimento, neste caso, do interesse vital da população que consome a água daquele manancial de abastecimento.

Situações como essas ocorrem constantemente, muito em função da falta de uma gestão urbana integrada. Quando não existem políticas públicas elaboradas para atender articuladamente aos usuários destas políticas, os interesses se sobrepõem e resultam nos conflitos ocasionados em razão dos vários usos para mesmo recurso. E, assim, todos perdem. Perde o ambiente natural, que é produzido e explorado sem planejamento, e perde, sobretudo, a população, que depende da sustentabilidade deste ambiente para garantir sua própria sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1994.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- COLNAGHI, Maria Cristina et al. **São José dos Pinhais: a trajetória de uma cidade**. São José dos Pinhais: Prefeitura Municipal; Curitiba: Prephacio, 1992.
- COMEC. Plano Metropolitano-Ano 2000 para a Região Metropolitana de Curitiba. **A Região Metropolitana de Curitiba no desenvolvimento do estado do Paraná**. Curitiba: COMEC/PLAMEC, 1989a.
- COMEC. Plano Metropolitano-Ano 2000 para a Região Metropolitana de Curitiba. **A RMC e a constituição de um espaço industrial assentado em relações humanas reificadas**. Curitiba: COMEC/PLAMEC, 1989b.
- DESCHAMPS, M. V. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR.
- FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) – USP/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana.
- HARDT, Letícia Peret Antunes (Coord.). **Relatório de impacto ambiental (RIMA) do Distrito Industrial de São José dos Pinhais**. Curitiba: UNILIVRE, s.d.
- IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.
- IBGE. **Censo demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.
- IPARDES. **Indicadores intrametropolitanos: diferenças socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2003. 1 CD-ROM. Versão preliminar.
- JAAKO PÖYRY ENGENHARIA LTDA. **Relatório de impacto ambiental (RIMA) da Rodovia do Contorno Leste-Curitiba**: projeto de ampliação da capacidade rodoviária entre São Paulo e Florianópolis (BR-116/SP/PR, BR-376/PR e BR-101/SC). Rio de Janeiro, 1995. Convênio DNER/IME.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MOTIM, B. M. L. et al. Indústria automobilística no Paraná: implicações sobre o emprego e as relações de trabalho. In: NABUCO, Maria Regina; NEVES, Magda de Almeida; CARVALHO

NETO, Antonio Moreira de (Org.). **Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 365-398.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil: 2003**. Brasília: PNUD: IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>

ROMANEL, M. C. T. S. **Análise temporal do uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do arroio Arujá em São José dos Pinhais - PR: implicações socioambientais**. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado) – UFPR/Programa de Pós-Graduação em Geografia.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

ULTRAMARI, C., MOURA, R. (Org.). **Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.